

Revisitando breves reflexões sobre os desafios do historiador contemporâneo

Bianca Luiza Freire de Castro França¹

Email: bianca.castro.franca@gmail.com

Resumo. Este trabalho traz algumas reflexões dos desafios do historiador contemporâneo com a escrita, o ensino da história e o trabalho com bens patrimoniais. Aborda dilemas da institucionalização da disciplina histórica e da revisão dos cânones tradicionais; da produção histórica por historiadores e não-historiadores; os dilemas do ensino da história nas universidades e no ensino básico e o trabalho com bens patrimoniais em um regime histórico presentista. Ao final, busca apresentar soluções para os problemas levantados, como o surgimento da função social do historiador curador de histórias, profissional que deve tratar a pluralidade histórica como fonte, oportunidade e ferramenta para formas mais colaborativas e compartilhadas da produção de conhecimento.

Palavras-chave. Historiografia. Ensino de história. Bens patrimoniais. História presente. Teoria da história

Abstract. This paper presents a reflection of the contemporary historian's challenges for writing history, teaching history and working with heritage assets. It addresses the dilemmas of institutionalizing the historical discipline and revising traditional canons; of historical production by historians and non-historians; of teaching history in universities and basic education and of working with heritage assets in a presentist historical regime. In the end, it seeks to present solutions to the problems raised, such as the emergence of the social role of the historian curator of histories, a professional who must treat the plurality of history as a source, opportunity and tool for more collaborative and shared forms of knowledge production.

Keywords. Historiography. History teaching. Patrimony. Present history. History theory

1. Introdução

A história tem por dever desmistificar, e é nisso que os trabalhos históricos trazem

¹ Historiadora, Doutora em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC/FGV); Mestre em preservação de acervos de C&T (PPACT/MAST), com especialização em Sociologia (UCAM) e especialização em Docência (IFMG/Arcos). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6965076686458954>

sua contribuição para o debate cívico e constituem uma necessidade.
Revelar o que estava oculto, desvelar os traidores mascarados,
indicar as enganações, esse seria o papel social do historiador.
DUMOLIN (2017, p.41)

O presente artigo se trata de uma reedição atualizada de um trabalho apresentando no Scientiarum História XIV - Congresso de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia / HCTE-UFRJ, no ano de 2021. As reflexões iniciais, bem como a escrita e apresentação do trabalho são baseadas na minha prova escrita para a seleção do Doutorado em História Social da Universidade do Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), no ano de 2020. Na época, prestei seleção para a Unirio e para o Doutorado Acadêmico em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas. Revisito o texto no ano de 2023, para atualizar minhas reflexões após a defesa do doutorado².

Francisco Javier Caspistegui é citado por Sousa (2020), ao dizer que o papel social do historiador no decorrer dos anos sofreu alguns impactos frente às novidades que foram incorporadas no ofício do historiador, como as vantagens e inconvenientes da globalização. Para Caspistegui (2003), há uma visão maniqueísta que joga a história em um propósito social de servir para localizar os argumentos necessários à fundação dos Estados-Nação (séculos XVIII e XIX), porém, a partir dos acontecimentos entre as décadas de 1914 e 1945 (I e II Guerras Mundiais) foi necessário repensar o papel da história. Sousa (2020, p.10) questiona: “Será que enquanto historiadores/pesquisadores/professores estamos respondendo às demandas da nossa sociedade?”. É preciso que nos aprofundemos nas implicações sociais do ofício de historiador, considerando as responsabilidades a nós imputadas como construtores e destrutores de mitos e identidades.

Entre os desafios que se apresentam para a disciplina histórica na contemporaneidade, podemos elencar: a) os questionamentos dos usos públicos da História; b) a escrita da história no regime presentista, ou seja, a emergência do tempo presente fazendo-se passado o mais rápido

² Agradeço à Gabriela Mehl Domingues Kucuruza pela leitura, revisão do texto e amizade. A caminhada acadêmica é mais leve por ter pessoas como você pelo caminho.

possível, com registros digitais e a exposição do historiador nas redes sociais e c) o uso e escrita da história por não-historiadores, sendo necessário, nesse caso, problematizar questões éticas dessa escrita e seus impactos sociais e políticos. Sousa (2020) aponta que há preocupação sobre as relações entre o conhecimento histórico e as novas tecnologias, bem como o impacto que as redes sociais têm causado na realização do trabalho histórico. Vivemos uma Era na qual termos como “pós-verdade” e Fake News, estão em evidência, portanto, a conscientização dos métodos, práticas e a relevância sociopolítica do exercício do historiador se torna cada vez mais necessário.

Para Araújo (2017) está cada vez mais claro o aspecto central da produção histórica como entretenimento, controlado por grandes grupos empresariais e de mídia. Nessa atuação, se dá a configuração do historiador como um profissional da indústria, vide o que Turin (2018) aponta como historiadores corporativos: profissionais especialistas em memória das empresas e indústrias que elaboram arquivos e estratégias de memória.

Podemos apontar como desafios os questionamentos às Humanidades acompanhados pelo desinvestimento na área.

Esse desinvestimento é forçado pela crise mundial de 2008; pela crise política brasileira iniciada em 2013; pelo Brexit e pela eleição norte-americana de 2016, eventos que trouxeram tais questionamentos orientados pela direita e por uma concepção mercantilizada do ensino e da pesquisa, colocando em xeque funções moderadoras das universidades e das Ciências Humanas. (ARAÚJO, 2017, p. 193)

Houve, ainda, o crescente questionamento aos programas e bibliografias universitários, pelos coletivos e movimentos sociais, acerca da geopolítica de produção do conhecimento, gerando debate sobre a importância da reformulação de modelos teóricos que abrangem temáticas de gênero e raça, fugindo de uma dependência acadêmica causada pelo “imperialismo intelectual” (PEREIRA, 2018, p.90) europeu e norte-americano desde o século XIX. Em relação ao ensino de história nas séries básicas, Turin (2018) aponta a intensa discussão em torno do lugar da história disciplinar na sociedade e os diferentes projetos para diminuição da carga horária das Humanidades ou a sua extinção em busca de uma pedagogia de mercado.

Por último, surge como desafio a patrimonialização de bens culturais em uma conjuntura de “significativo aumento da capacidade técnica de arquivamento e armazenamento do passado” (GUIMARÃES, 2017, p. 11) e diante de uma “patrimonialização de tudo” (HARTOG, 2006, p. 268), onde a musealização está cada vez mais próxima do presente. Diante do exposto, o presente trabalho traz breves reflexões sobre os desafios do historiador contemporâneo, apontando mais questões do que de fato se aprofundando em uma análise de teoria e escrita da História, devido ao espaço limitado de um artigo, e busca apontar algumas soluções possíveis para os questionamentos apresentados a partir das leituras referenciadas ao longo do texto.

2. Os desafios na escrita e ensino da História

A principal questão que permeia os desafios do historiador no século XXI, seja na pesquisa, em sala de aula ou no trabalho com patrimônio cultural, é o uso público da História. Em relação à escrita da história na contemporaneidade, podemos problematizar sobre o passado dos eventos traumáticos, seus testemunhos, a veracidade desses testemunhos, o uso do passado e os abusos cometidos.

Maia (2010) aponta que a produção do conhecimento se dá por intermédio de práticas discursivas que estabelecem estratégias, metodologias, programas de pesquisa, teorias e até uma ética corporativa, que irão validar proposições no interior de um grupo que constrói e consolida sua compreensão do mundo. “Cada operação cognitiva é uma produção discursiva que verbaliza os seus fatos, os constitui, recorta e seleciona para si eventos do mundo, dá-lhes existência factual ao verbalizá-los.” (MAIA, 2010, p. 366). Bauer e Nicolazzi (2016) apontam que o uso público da história tem levado os historiadores à reflexão sobre a função social de sua prática e implicações políticas. Segundo Araújo (2017), todos temos e fazemos história. Precisamos pensar a função social do historiador de forma que a entendamos como uma resposta ao direito humano, como ser histórico, de poder ter essa condição reconhecida, uma vez que o saber histórico não é estanque, nem evidente, e tão pouco monopólio dos historiadores.

Dessa forma, ao falar da função social do historiador é preciso observar que o historiador é aquele que é legitimado pelas formas sociais e institucionais do ofício: “diploma, regulamentação da profissão, autoridade conferida pelos pares e respeito ao protocolo teórico-metodológico” (BAUER e NICOLAZZI, 2016, p. 819). Na função da história não está necessariamente implicada a do historiador, já que a história é objeto de uso de vários indivíduos e seus grupos, pois antes de ser disciplina, a história é uma narrativa sobre o tempo e a ação humana. Para os autores, mais do que falar das funções da história, é importante pensar seus mais variados usos públicos e políticos. Trazendo essa questão para o caso brasileiro, podemos observar a crise política na qual a direita tenta apropriar-se da história nacional questionando eventos traumáticos como a escravidão e a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985) sob um discurso de doutrinação “esquerdista” nas universidades e nas salas de aula.

É preciso refletir sobre a prática historiográfica na atualidade e o trabalho do(s) falsário(s) que se aproveita(m) do conhecimento histórico para manipulá-lo. Em torno dessa questão, constrói-se uma discussão acerca do evento em que “para uns, os militantes da luta armada lutavam em prol da liberdade, para outros, os militares retornavam heroicamente à caserna com o sentimento de dever cumprido” (Idem, p. 825).

Ricouer (2000) afirma que existem três motivos que compelem a falsificação da história: 1) impedir a memória, 2) manipular a memória e 3) impor determinada memória. Apelando para a manipulação e imposição, a extrema direita que busca a qualquer preço questionar o espaço das Humanidades e seu poder mediador dentro e fora das universidades e escolas, lança questionamentos às memórias dos eventos recentes usando e abusando da história de forma política. Araújo diz que nada parece ter revelado mais a complexidade desse problema do que as batalhas em torno das memórias da Ditadura Civil-Militar (ARAÚJO, 2017, p. 195). O tema tem levado a esforços variados na busca de novas formas de mediação entre historiografia acadêmica e seus públicos, seja no ensino de história ou nos debates públicos. Para o autor, essa conjuntura de retrocessos dos valores democráticos e a luta pela regulamentação da profissão de historiador tem aberto um debate sobre a necessidade de repensar os currículos e os modelos de cursos de

graduação em História no Brasil. Para Ohara (2019) é necessário respondermos às demandas que surgiram com a emergência midiática da “pós-verdade”, pois é preciso posicionar o historiador como um agente moral e figura socialmente autorizada e credenciada para falar do passado.

Para Araújo (2017), em relação ao aumento da negação e do revisionismo de eventos traumáticos da história, o papel da historiografia não se encerraria no estabelecimento de uma verdade factual, mas deve passar pela compreensão dos modos de funcionamento das comunidades de memória em rede. É preciso compreender também a apropriação da história por essas comunidades que reivindicam uma produção historiográfica própria, ainda que distanciada dos padrões éticos e teórico-metodológicos da profissão de historiador. Ainda, para esse autor, a perda de espaço nos currículos do Ensino Médio, projeto esse que tomou força nos atuais governos de direita, de 2017 a 2022, somado às condições de fragilização da democracia ajudaram a acelerar o que resultou na Nova Lei do Ensino Médio³, que tem por objetivo abolir a obrigatoriedade do ensino de história na educação básica e flexibilizar os currículos escolares em áreas de conhecimento. A politização da bandeira do esvaziamento e ataque às Humanidades tomou corpo com o movimento “Escola Sem Partido”, que tinha por objetivo dissolver o prestígio dos professores, principalmente de História, vistos como ameaças de um comunismo inexistente.

³ Lei 13.415/17

Imagem 1. Manifestação contra a doutrinação marxista nas escolas. Uma das pautas do Movimento Escola Sem Partido.



Fonte: Escola Politécnica Joaquim Venâncio – FIOCRUZ. Disponível em: <https://images.app.goo.gl/kGjhbB9Aj8rT4g1J7>. Acesso em: 19 de setembro de 2023

Para Turin (2018) esses projetos são sinais inequívocos da crise da disciplina. O autor fala das dificuldades e das condições de trabalho dos historiadores e do lugar da história disciplinar na sociedade. Além disso, aponta a questão dos projetos de esvaziamento ou extinção das Humanidades nos currículos escolares, bem como, a diminuição de investimentos no sistema universitário. Uma das justificativas para a reforma do Ensino Médio no Brasil é a de que o aluno deve ter competências básicas para desenvolver flexibilidade necessária para o mercado. Em vez de noções de “formação” e “desenvolvimento”, que embasaram os projetos educacionais da modernidade clássica, surgem categorias novas que revelam formas de historicidade e de subjetividades diferentes, como a “flexibilidade”, já citada.

O vocábulo “flexibilidade” é largamente utilizado para expressar diferentes experiências em uma mesma forma temporal, trazendo em si uma transformação na concepção de História que “esvazia as diversas dimensões teleológicas, carregadas de futuro, que qualificaram a dimensão processual desde a modernidade clássica” (Idem, p. 189). Os novos conceitos de movimento que aparecem na sociedade contemporânea figuram uma nova forma de temporalidade que, segundo Turin (2018), é marcada por uma hiperaceleração social e pela ausência de uma finalidade que organize essa narrativa.

Imagem 2. Manifestação pela Revogação da Lei do Novo Ensino Médio.



Fonte: Portal Vermelho. Disponível em: <https://images.app.goo.gl/xBnTYA2oVP3opTtp9>. Acesso em: 19 de setembro de 2023

Em relação à profissão, percebem-se dois focos de argumentação: um voltado à regulamentação da profissão e outro na definição de valores e habilidades que qualificam o profissional de História. Em relação à regulamentação da profissão, há a defesa de um mercado de trabalho onde não parte do Estado o interesse em criar lugares de atuação profissional, muito pelo contrário. A profissão de historiador é um campo que não se restringe mais ao ensino e à pesquisa, mas abarca diversas ocupações, desde o gerenciamento de arquivos até a produção audiovisual.

Quanto ao debate em torno da Base Nacional Comum Curricular, há uma disputa acirrada em torno da finalidade do ensino de história e suas formas narrativas, por exemplo, sobre qual centralidade que deveria ter o ensino de História do Brasil, como os grupos sociais devem ser representados, quais valores e linguagens são mais apropriados.

Se há uma certa homogeneidade nos textos quanto à finalidade básica do ensino, voltada antes à formação da cidadania do que às demandas do mercado, não há um entendimento unívoco acerca de que modo o ensino de história produziria cidadania. (TURIN, 2018, p. 199)

Dessa forma, o que podemos perceber é uma dificuldade de acomodar em uma mesma ordem narrativa interesses, visões históricas e políticas tão diferentes. Se a função identitária da história ainda permanece com pontos consensuais no debate, porém seguindo tendências globais, as discordâncias sobre como se deve ensinar História, especialmente História do Brasil, revelam um cenário fragmentado que está longe de uma solução.

Se até a metade do século XIX, a disciplina histórica servia como elemento central da memória nacional, atualmente ela encontra dificuldades para atender às distintas demandas sociais e acomodá-las nas formas narrativas e pedagógicas herdadas de seus cânones. Para Certeau (1982) a história é uma operação historiográfica, considerando a sua relação com um lugar social onde o fazer historiográfico está implicado com o seu lugar de produção político, cultural e socioeconômico. Para o autor, o fazer historiográfico também é construção de uma escrita sobre o real. Para Turin (2018), a disciplina, hoje, parece transitar de modo tenso entre um passado disciplinar e um passado prático. O passado disciplinar tem suas razões práticas para sobrevivência, reprodução da disciplina e manter o historiador no sistema universitário e escolar. O passado prático, é constituído por pressões pela difusão e ampliação dos meios de representação do passado pelos efeitos da aceleração social e pela globalização de memórias nacionais. Por fim, o autor nos mostra que a face institucional das Humanidades e seu papel social, tal como existe desde o século XIX, está em perigo de extinção. E por isso, talvez seja o momento de a disciplina histórica realizar uma autoanálise buscando pensar sua tradição e a condução uma nova elaboração para seus quadros.

Segundo Araújo (2017), nos espaços universitários, observamos um crescente questionamento de programas e bibliografias indiferentes às demandas dos coletivos sociais que reivindicam seus saberes, epistemologias e presenças nos currículos. Pereira (2018) diz que é importante mobilizar o debate sobre a geopolítica da produção do conhecimento, especialmente a formulação de modelos teóricos, uma vez que o Brasil consome referenciais importados da Europa e da América do Norte. Trata-se de questionar como se construiu e de que modo se perpetuam os cânones da disciplina extrapolando a categoria de lugar social e considerando a existência de um saber que a antecede, regula e condiciona.

Essa episteme funda e alimenta um conjunto de textos que se torna de leitura e citação obrigatórias e funcionam como dispositivos de taxas de citação, contagem de produtividade acadêmica ou falta de impacto das revistas. Conell (2017) diz que o impacto das políticas liberais é sentido ainda mais, uma vez que estes critérios definem quem permanece dentro e fora das universidades, a distribuição de recursos para pesquisa, credenciamento e descredenciamento em programas de pós-graduação, prestígio e desprestígio de pesquisadores e revistas acadêmicas.

Segundo Syed Hussein Alatas (1972) a dinâmica imperial forjou nos países colonizados um hábito de imitação que permeia a vida intelectual e científica. Esse padrão de imitação incide sobre a produção do conhecimento desde a formulação de investigação, conceitualização, descrição, explicação e interpretação de dados. Esse é o imperialismo intelectual, que deve ser pensado como um aglomerado pluridimensional de dominação. Nesse caso, a dimensão intelectual do imperialismo, é a dominação de um povo sobre o outro no plano intelectual, e é entendido por Alatas como um efeito do imperialismo direto, sobretudo de caráter político-econômico. Alatas (2008) desenvolveu uma teoria da dependência acadêmica, na qual essa dependência opera em dois níveis: 1) estrutural (instituições e administração) e 2) intelectual (construção e disseminação do conhecimento). Em ambos, para romper com a dinâmica da dependência é preciso saber como ela funciona, ou seja, dependência de ideias, de financiamento, de investimento na educação, de treinamento nas universidades, dentre outras. A autora nos diz que a origem dessa episteme racista e

sexista, que opera até a atualidade nas universidades, está nos textos canônicos fundacionais nas disciplinas das Ciências Sociais e das Humanidades.

Ao compreender a produção do conhecimento como trabalho intelectual é possível ver as complexas relações de poder que envolvem a divisão social, sexual e racial do trabalho, remontando a experiência colonial iniciada no século XVI e aprofundada no século XIX, uma dinâmica de dependência entre colônia e metrópole.

Diante disso, é possível observar que no contexto da institucionalização da disciplina histórica ela se alimentava dos contrastes entre sociedades metropolitanas e colonizadas, e é preciso então, refutar o olhar imperial nos cânones da disciplina. Para Araújo (2017), do ponto de vista da produção científica, as avaliações são positivas. A historiografia adaptou-se à lógica avaliativa construída ao longo das últimas décadas. Segundo o autor, a quantidade e qualidade da produção científica, o número de programas de pós-graduação, periódicos e pesquisadores têm crescido de forma sólida, apesar do esgotamento do modelo, seja pelo produtivismo, seja pelo isolamento dessa produção.

3. Desafios no trabalho com bens patrimoniais

Chegamos, enfim, à questão dos desafios em relação à temática da patrimonialização de bens culturais na contemporaneidade. Hartog (2006) nomeia presentismo o regime histórico que reivindica, a partir dos anos 1980, na França, uma História do Tempo Presente e que deve responder às múltiplas demandas da história contemporânea, principalmente nos projetos da atualidade judiciária, nos processos por crimes contra a humanidade e nos eventos traumáticos. Um regime de historicidade pode ser compreendido, segundo o autor, de duas formas: 1) como uma sociedade trata seu passado; e 2) em uma acepção mais ampla, designa a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana.

Guimarães (2007) aponta que a força dos movimentos sociais nas tarefas de memória das sociedades contemporâneas age tanto na patrimonialização e musealização do passado, objeto de

políticas públicas do Estado e de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como também na visualização através dos meios de comunicação em massa. Para o autor, é preciso atentar ao fato de que tais lembranças partem de demandas sociais contemporâneas e não implicam em mais conhecimento do passado e nem em compreensão crítica de tais experiências. É como se vivêssemos uma compulsão por arquivos, arquivamento e controle. Porém, dessa forma, a história como criação não é mais possível, pois transforma o passado em espelho do próprio arquivo.

Para Sousa (2020, p.13),

[...] mediante aos desafios e mudanças nas suas práticas, os historiadores devem perceber as potencialidades proporcionadas pelo desenvolvimento tecnológico. Observa-se que os arquivos antes disponibilizados apenas em espaço físico, agora podem ser acessados de forma online com a utilização de ferramentas de busca nos acervos e plataformas digitais. Com isso, novas formas de interpretar fontes também são necessárias, atentando-se também para o tipo de material que será analisado.

De acordo com Flores (2015), o aumento da quantidade de acervos de pesquisas na internet proporciona também “uma economia de tempo considerável aos pesquisadores, além do aspecto da democratização do acesso às fontes, eliminando-se os obstáculos colocados pela distância e custo de deslocamento e estadia.”

Hartog (2006) interroga a contemporaneidade tratando memória e patrimônio como indícios de nossa relação com o tempo e a crise da ordem presente do tempo. Para o autor, ao dever da memória, com sua recente produção pública, está somado um remorso com uma crescente obrigação com o patrimônio, com as exigências de conservação, de reabilitação e de comemoração dos eventos recentes. O ritmo acelerado da constituição e da produção do patrimônio por todo o mundo é uma constatação que podemos fazer através de uma série de cartas internacionais que vieram para assegurar, coordenar e dar forma a este movimento de “patrimonialização de tudo” (Idem, p.265). O Estado-Nação não impõe seus valores e preserva, rapidamente, o que é tido como patrimônio pelos diversos atores sociais.

Nessa dinâmica, o monumento tende a ser suplantado pelo memorial, que se esforça para manter a memória e transmiti-la. O patrimônio torna-se lucrativo para a indústria do turismo, torna-se objeto de investimentos econômicos, sua valorização se insere nos ritmos e temporalidades rápidas da economia de mercado atual. O século XX, para Hartog (2006), foi o que mais invocou o futuro, constituiu e massacrou em seu nome e o que mais longe levou a produção historiográfica no regime moderno. Também deu expansão maior à categoria do presente (massivo, invasor e onipresente). A confiança no progresso foi substituída pela preocupação de guardar e preservar o mundo para a nossa geração e para as futuras.

A proliferação patrimonial, para o autor, é sinal da ruptura brusca de um regime de memória entre presente e passado. O patrimônio é uma maneira de viver as rupturas, de reconhecê-las e reduzi-las, redefinindo e elegendo-as, produzindo semióforos: objetos que transmitem significados em suportes visíveis ou observáveis (POMIAN, 2010). O patrimônio, na história ocidental, é recurso para o tempo de crise e o que distingue o crescimento do patrimônio contemporâneo é sua rapidez de extensão, a multiplicidade de suas manifestações e o caráter presentista. Segundo Guimarães (2007), o que importa apreender é o sentido de temporalidade implícito no trabalho com o passado nas sociedades contemporâneas: um presente atormentado pela busca de raízes e pelas exigências de uma memória reformulada constantemente entre lembranças e esquecimentos dos grandes traumas do século XX. Para o autor, a política de patrimônio atual indicaria não apenas o cuidado e atenção com um legado humano, mas apontaria na direção de uma relação com o tempo, com os objetos nos museus ou monumentalizados nas cidades, articulados como objetos-história, como patrimônio histórico. Os objetos perdem o sentido para o qual foram criados e adquirem um novo, conferido pela qualidade de histórico, estabelecendo uma relação entre o visível do tempo presente e o passado invisível. São os nossos semióforos, como dito anteriormente.

Como afirma Sousa (2020), é preciso avaliar que diante das novas possibilidades, novos problemas e novas fontes e objetos de pesquisa, esses requerem tratamento adequado. Dessa forma, é preciso atentar para as questões epistemológicas que envolvem esses materiais na

contemporaneidade, especialmente no que diz respeito às implicações conceituais que tais fontes e objetos digitais de pesquisa demandam.

Refletir sobre o patrimônio e suas formas específicas na contemporaneidade implica olhar as experiências nas sociedades, através dos indícios que nos chegam como construções materiais passadas e ressignificadas sob a leitura de uma nova classe de objetos peculiares, os quais dão visibilidade ao passado atendendo demandas do presente. Nossa relação contemporânea com o tempo supõe não apenas refletir sobre a escrita da história enquanto saber acadêmico, mas refletir sobre os usos do passado na contemporaneidade, e as formas peculiares de visibilidade desse passado, entendendo-o como parte de uma estratégia política e social que passa pela questão da memória e patrimônio.

4. Conclusões

Longe de encerrar a discussão, o presente trabalho buscou a partir da revisitação de algumas reflexões, apontar soluções possíveis que não se encerram em si mesmas e que visam alimentar o debate na comunidade historiográfica, acima de tudo. Revisitar nossos próprios textos é uma missão bastante difícil. Primeiramente porque é preciso olhar criticamente para o próprio trabalho, mas também porque muitas vezes implica em analisar com um olhar amoroso nossa produção ao longo dos estudos que nos propomos a fazer ao longo da trajetória acadêmica. Perceber as formas de leitura e interpretação de determinados autores por nossas versões passadas e tentar revisar essas leituras e interpretações é um exercício que todo historiador deveria fazer. Aliás, todo pesquisador. Muitas vezes nos pegamos rindo, outras atônitos, concordamos e discordamos de nós mesmos, agora olhando com um novo aporte de leituras e aprendizados.

Retornando às breves reflexões sobre os desafios que se apresentam ao ofício do historiador contemporâneo é possível concluir que é preciso apontar questões, mas também pensar em soluções possíveis para essas questões. Como apontou Sousa (2020), a discussão sobre a profissão do

historiador é crucial, tendo em vista o período de deslegitimação desses profissionais que vivenciamos no Brasil, resultado do projeto de desmonte da Ciência e pesquisa no Governo Bolsonaro (2018-2022). “Nesse sentido, pensar o fazer historiográfico a partir do tempo presente nos ajuda a repensar nossos próprios métodos e instrui-nos a interpretar a condição entre o historiador e seus leitores, sejam eles leigos ou pares.” (SOUSA, 2020, p. 16)

Para Araújo (2017), as condições de produção da memória no mundo atual parecem desafiadas pela austeridade econômica e marcadas pelas pressões do presentismo. Esse autor aposta numa resposta eficaz, a qual estaria no equilíbrio entre as demandas disciplinares por consciência histórica e as demandas contemporâneas por presença e performance participativa. Assim como o ensino de história não se trata de transposição de saberes em sala de aula, o historiador também não deve estar preso somente às práticas de divulgação científica. O historiador deve desenvolver uma nova e distinta função social: a do curador de histórias, que deve tratar a pluralidade de histórias como fontes para uma historiografia disciplinar com menos foco na autoria e produção e mais no acolhimento crítico e amplificação de oportunidades e ferramentas, com formas mais colaborativas e compartilhadas de produção do conhecimento. Para o surgimento desse novo tipo historiador é preciso investir na reestruturação de cursos de bacharelado nas universidades, redefinir currículos, aproximar a historiografia de áreas como a Comunicação, Antropologia e as Ciências da Informação. Orientada pela democracia e verdade, a curadoria de história deve ser um espaço de promoção, seleção, edição e apresentação de histórias socialmente distribuídas e compartilhadas sob a premissa da democratização e acolhimento da diversidade sem se silenciar frente a relatos de preconceito e ódio. Essa curadoria deve contribuir para a construção de políticas públicas eficazes na defesa do direito à história, protegendo a sociedade de seus usos ilegítimos, da privatização e mercantilização.

Para Bauer e Nicolazzi (2016) a atenção às variadas formas de usos públicos do passado pode ajudar a incitar a reflexão crítica sobre os usos da história; podendo, inclusive, auxiliar os historiadores a repensarem os postulados fundamentais de sua disciplina. Já segundo Turin (2018), não é possível pensar o futuro das Humanidades sem pensar um projeto de defesa e reformulação da

universidade como espaço autônomo, socialmente constituído, no qual diferentes linguagens protocolares sejam utilizadas para descrever e pensar a sociedade e os grupos sociais que nela se desenvolvem, um trabalho democrático de universidade, que pense a diversidade social a partir das categorias das quais a própria sociedade se entende. A partir disso, Pereira (2018) aponta a importância de se ter ciência das relações geopolíticas nas bibliografias dos programas das universidades e a necessidade de conhecer a vasta bibliografia que se coloca como contraponto à História universalista europeia ocidental. Saber de quais teorias alimentamos nosso conhecimento, privilegiando nossa produção e investindo num cardápio epistemológico mais diversificado. Outro passo é ouvir as demandas estudantis e os movimentos sociais sobre novos recortes de pesquisa como raça e gênero.

Em relação às questões de patrimônio e memória, Hartog (2006) conclui que é preciso que a memória e o patrimônio se manifestem como demanda, como dever ou se reivindicuem como direito, como uma resposta ao presentismo. Para Guimarães (2007), ver o passado em nossa contemporaneidade e segundo a relação particular que as sociedades atuais vêm estabelecendo com o tempo, implica repensar o lugar e as condições de produção das diferentes narrativas acerca desse passado.

Por fim, é preciso que a historiografia amplie suas funções, no lugar de se entender como centro do conhecimento, se tornando espaço de acolhimento, amplificação e crítica das diversas histórias produzidas pelos atores sociais. Uma das direções possíveis para enfrentar a crise da História, como nos diz Araújo (2017, p. 192) “passa pela crítica disciplinar, pelo enfrentamento crítico das políticas de desempenho e modelos avaliativos e a busca de novas ferramentas críticas passando por conceitos mais complexos para atualização do discurso histórico”.

Referências bibliográficas

ALATAS, Syed Farid. Intellectual and structural challenges to Academic Dependency. **International Sociological Association e-bulletin**. n.9, mar., 2008. Disponível em:

<https://www.isa-sociology.org/uploads/imagen/328-e-bulletin-9.pdf?-62169984000>. Acesso em: 19 de setembro de 2023

ALATAS, Syed Hussein. Intellectual imperialism: definition, traits, and problems. **Southeast Asian Journal of Social Science**, v.28, n.1, p.23-45, 2000. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/11931797.pdf>. Acesso em: 19 de setembro de 2023

ALATAS, Syed Hussein. The captive mind in development studies: some neglected problems and the need for an autonomous social science tradition in Asia. **Int. Soc. Sc. J.**, v. 24, n.1, 1972. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000002583>. Acesso em: 19 de setembro de 2023

ARAÚJO, Valdei. O Direito à História: O (A) Historiador (a) como Curador (a) de uma Experiência Histórica Socialmente Distribuída. In: GUIMARÃES, Géssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo (Orgs.). **Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 191-216.

BAUER, Caroline; NICOLAZZI, Fernando. O Historiador e o Falsário. Usos Públicos do Passado e Alguns Marcos da Cultura Histórica Contemporânea. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 807-835, set/dez, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/vh/v32n60/1982-4343-vh-32-60-00807>. Acesso em: 19 de setembro de 2023

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982

CONNELL, Raewyn. Usando a teoria do sul: descolonizando o pensamento social na teoria, na pesquisa e na prática. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu/PR, 1(1), pp. 87-109, 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/783>. Acesso em: 19 de setembro de 2023

DUMOULIN, Olivier. **O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. Os bancos de dados, os arquivos digitais e o papel do historiador. **Acervo**, v. 28, n. 2, p. 240-251, 2015. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/632>. Acesso em: 19 de setembro de 2023

GORASURRETA, Francisco Javier Caspistegui. Sobre el papel social del historiador o ¿ para qué servimos?. **Memoria y civilización: anuario de historia**, n. 6, p. 191-207, 2003. Disponível em: <https://dadun.unav.edu/handle/10171/9334>. Acesso em: 19 de setembro de 2023

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o Passado: representação e escrita da história. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo. v.15, n.2, p. 11-30, jul/dez, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02> . Acesso em: 19 de setembro de 2023

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p.261- 273, jul/dez, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02> . Acesso em: 19 de setembro de 2023

MAIA, C. A. Crise da História ou Crise dos historiadores: *no linguistic turn*, o caso brasileiro. **Projeto História PUC-SP**, v. 41, n. 41, p. 351 – 382, dezembro. 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6545>. Acesso em: 19 de setembro de 2023

OHARA, J. R. M. Ética, Escrita e Leitura da História: os problemas da expectativa e da confiança. *Revista de História*, [S. l.], n. 178, p. 1-28, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/142982>. Acesso em: 19 de setembro de 2023

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o Lugar Epistêmico na Teoria da História. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88 - 114, abr/jun, 2018. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/viewFile/2175180310242018088/8521> . Acesso em: 19 de setembro de 2023

POMIAN, Krzysztof. **Historia cultural, historia de los semióforos**. Xalapa: Al Fin Liebre Ediciones Digi-tales, 2010. Disponível em: <http://alfinliebre.blogspot.com.br/2010/10/ano-ii-no-05.html?q=historia+cultural> . Acesso em: 19 de setembro de 2023

RICOEUR, Paul. L'écriture de l'histoire et la représentation du passé. **Annales H.S.S.**, n. 4, p.731-747, juill.-août, 2000. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_2000_num_55_4_279877. Acesso em: 19 de setembro de 2023

SOUSA, Kacia Mikaela de. Reflexões sobre o Ofício do Historiador e seus Dilemas Contemporâneos. *Veredas da História*, [online], v. 14, n. 2, p. 7-17, dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rvh/article/view/51862>. Acesso em: 19 de setembro de 2023

TURIN, Rodrigo. Entre o Passado Disciplinar e os Passados Práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. **Tempo**, Niterói, v.24, n.2, maio/ago., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tem/v24n2/1980-542X-tem-24-02-186> . Acesso em: 19 de setembro de 2023